

Grupos sociais da Beira Interior em meados do século XIX

Social classes in Beira Interior in the middle of the 19th century

JOÃO NUNES

Instituto Politécnico de Viseu
jnunes@esev.ipv.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 20/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 27/03/2018

Resumo: No planalto beirão, região grosso modo confinada pela serra da Lapa e o rio Mondego, a distribuição da população por grupos sociais não era homogénea, em meados do século XIX. Havia localidades onde a categoria jornaleiro era a mais representativa, em contraponto com outras onde as categorias lavrador ou seareiro acabavam por ser as mais expressivas. O direito liberal parece não ter contribuído para a proliferação de indivíduos pertencentes à categoria proprietários. Com efeito, o aumento foi mais visível noutras categorias sociais.

Palavras-chave: Grupos sociais; Liberalismo; Propriedade.

Abstract: On the beirão plateau, a region confined by the Lapa mountain and the Mondego river, the distribution of the population by social classes was not homogeneous in the middle of the 19th century. There were localities where the peasant category was the most representative, in counterpoint to localities where the farmer categories turned out to be the most expressive. In parishes where property was allocated to a small number of individuals, liberal laws does not seem to have contributed to the proliferation of landowners; in these localities, the increase was visible in other social categories.

Keywords: Social classes; Liberalism; Land ownership.

1. Introdução

Na primeira metade do século XIX, Portugal era um país marcadamente rural, campesino e analfabeto, com baixos níveis de desenvolvimento humano. Para acabar com o atavismo do país, as elites liberais estabeleceram um quadro legislativo regulador da propriedade no plano da tributação (aliviando a carga fiscal sobre a propriedade fundiária) e no plano das trocas comerciais (promovendo a compra e venda de terras). Com as leis da desamortização, a legislação relativa aos baldios, as disposições legais que determinaram o fim dos morgadios, bem como com a diversa jurisprudência sobre propriedade, criaram-se instrumentos suscetíveis de contribuir, acreditava-se, para a

renovação das estruturas agrícolas do país, renovação considerada basilar ao desenvolvimento (Vaquinhas, Neto 1993: 325-331).

O direito liberal teve implicações económicas e sociais. O número de proprietários aumentou (Martins, Monteiro 2002: 68-69). Para este aumento concorreram vários fatores, que não apenas de ordem política; fatores demográficos (o século XIX foi marcado por um crescimento populacional) e culturais (na centúria de Oitocentos, a propriedade fundiária continuava a ser vista como elemento de afirmação social). Contribuiu, igualmente, para a redução das áreas incultas e atomização da propriedade (Vaquinhas 1993: 481, Veiga 2004: 20-31).

Pese embora a relevância da temática, o impacto da legislação liberal tem sido estudado de forma parcimoniosa; a historiografia tem privilegiado as áreas da economia, demografia, sociedade e cultura¹. Em 1993, Irene Vaquinhas e Fernando Taveira da Fonseca reconheciam que a distribuição da população pelas categorias sociais não havia sido estudada (Vaquinhas 1993: 486; Fonseca 1993: 470-471). Por sua vez, Conceição Andrade Martins e Nuno Gonçalo Monteiro, em 2002, afirmavam que não era possível fazer um “balanço seguro” do impacto da legislação liberal sobre a propriedade fundiária (Martins, Monteiro 2002: 68-69). Compreende-se, assim, que certos aspetos da realidade social de Oitocentos continuem envoltos por uma nebulosa. Veja-se, por exemplo, a questão dos proprietários. Diz-se que o direito liberal contribuiu para o aumento do seu número. Mas, de que tipo de proprietários se tratava? Das pessoas que pertenciam à categoria proprietário tal como era entendida no século XIX, isto é, indivíduos detentores de um grande número de propriedades à escala local? Ou dos seareiros e lavradores, que eram igualmente detentores da posse da terra, conquanto de um número inferior de propriedades quando comparados com a categoria proprietários? E o aumento foi sentido da mesma forma nas diversas regiões do país?

Com este trabalho pretende-se contribuir para aprofundar o conhecimento sobre a vida no campo no período liberal. Por outras palavras, pretende-se estudar os grupos sociais que compunham a sociedade em meados do século XIX, numa região da Beira Interior – compreendida entre as penedias da serra da Lapa e o curso do rio Mondego –, e a forma como se encontravam distribuídos pela população desta mesma região.

Em termos metodológicos, optou-se por centrar a análise numa freguesia: Forninhos. Trata-se de uma aldeia distante dos principais centros urbanos

¹ Sobre família e demografia ver o artigo de síntese de Rowland (1984). Sobre aspetos económicos, continua imprescindível a obra de Justino (1988). Os grupos sociais têm sido estudados sobretudo em trabalhos de cariz monográfico, de que se destacam os seguintes: Cascão (1988); O'Neill (2011); Neto (2015).

do país, com dimensão e características similares a inúmeras povoações do interior rural. Todavia, o campesinato de Forninhos tem obrigatoriamente de ser percecionado num contexto mais amplo, cotejado com estruturas campesinas de outras localidades da região. Assim, partindo desta localidade, intentar-se-á vislumbrar a existência de modelos e/ou particularidades locais numa região constituída por várias freguesias dos concelhos de Aguiar da Beira e de Fornos de Algodres. As amostras populacionais utilizadas neste trabalho são constituídas, quase exclusivamente, por trabalhadores do género masculino, pelo facto de, por norma, as fontes não referenciam o tipo de trabalho realizado pelas mulheres. A aferição e distribuição dos grupos sociais foi feita tendo em consideração a forma como os indivíduos são considerados na documentação da época como pertencentes a determinada categoria social: proprietários, jornaleiros, lavradores ou seareiros, por exemplo. No caso dos proprietários, uma vez que lavradores, seareiros ou mesmo jornaleiros podiam ser pequenos proprietários, optou-se por considerar como fazendo parte da categoria proprietários apenas indivíduos identificados nas fontes como tal.

As fontes utilizadas para a realização deste trabalho são de tipologia variada: registos paroquiais; inventários; relatórios; censos. Para perscrutar as categorias sociais e a sua distribuição pela população, foram utilizados registos de batismo de diversas freguesias do planalto beirão. Estruturalmente, estes registos são constituídos por referências relativas aos nomes do batizado, dos progenitores, dos padrinhos e do clérigo que presidia à cerimónia. Em meados do século XIX, seguramente por imposição da hierarquia da Igreja, tornaram-se mais completos: acabaram por ser constituídos por informes relativos à profissão dos progenitores e dos padrinhos de batismo; as referências à data, hora e local de nascimento também aparecem de forma sistemática em diversos registos. Infelizmente, estas referências, imprescindíveis para a realização de um trabalho sobre grupos sociais a partir de registos desta natureza (sobretudo as referentes à profissão dos intervenientes na cerimónia de administração do sacramento) deixam de fazer parte dos registos paroquiais, após as décadas de 1860-70. No caso de Forninhos, este tipo de referências só aparece em registos realizados entre 1860 e 1862, o que obrigou a que a janela temporal deste estudo se circunscrevesse às décadas de 1860 e 1870.

Para complementar os dados dos registos paroquiais foram utilizadas outras fontes de tipologia diversa. O inventário de José do Nascimento Cardoso, natural de Forninhos, permitiu observar a vida de um lavrador da segunda metade do século XIX. As genealogias de alguns indivíduos dos estratos mais elevados da população foram colhidas em fontes dos arquivos da Inquisição, designadamente nas Habilitações do S. Ofício.

As restantes fontes serviram para entrever aspetos, maioritariamente, relativos à caracterização de Forninhos. Num trabalho desta natureza era importante olhar para a demografia. A evolução da população de Forninhos, paradigmática da demografia do planalto beirão, foi feita a partir de um conjunto variado de censos manuscritos e impressos das Épocas Moderna e Contemporânea. Por sua vez, a sinalização dos espaços populacionais da freguesia foi realizada, quer através dos registos paroquiais (que permitiram aferir os espaços habitados), quer através dos registos do Governo Civil da Guarda (que possibilitaram a aferição do estado de salubridade). Certas fontes do Arquivo Histórico Militar permitiram ainda sinalizar a existência de vias de comunicação relevantes, que atravessavam o planalto beirão, no século XIX, sendo que uma das principais passava precisamente por Forninhos.

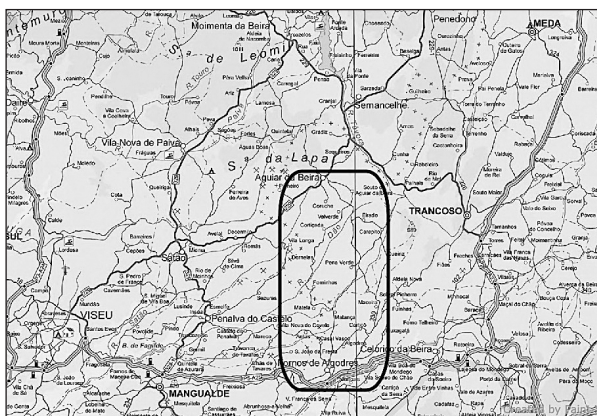
2. A freguesia

Forninhos encontra-se localizada no planalto beirão, sendo parte integrante do concelho de Aguiar da Beira. Localiza-se na parte sul do concelho, o chamado “baixo concelho”, confinando com os limites dos concelhos de Penalva do Castelo e de Fornos de Algodres.

É composta por duas povoações: Forninhos e Valagotes. O termo da freguesia espraia-se por uma área que ascende a 9,62 km² com uma altimetria que se situa em torno dos 500/600 metros (o Castelo de Forninhos, local situado a 650 metros de altitude, é um dos pontos mais elevados do alfoz). Atravessam a freguesia dois cursos de água principais, o rio Dão e o rio Carapito. Todavia, acabam por ser os córregos que se constituem como principais recursos hídricos para a prática agrícola, sendo o mais relevante a ribeira de S. Pedro. A agricultura em Forninhos não se distinguiu da que era praticada na região, sendo sobretudo vocacionada para a produção de cereais, particularmente milho e centeio, bem como pelo cultivo da batata (Oliveira 2010: 81-84).

No plano administrativo, até ao século XIX, fez parte do concelho de Penaverde, comarca de Linhares (ANTI, Mem. Paroq., 16-128, fl.789-790). Após 1836, e depois de uma breve passagem pelo concelho de Fornos de Algodres, passou a integrar o termo de Aguiar da Beira, do qual ainda faz parte (Collecção de Leis 1837: 329).

Mapa 1. Região do planalto beirão – entre a serra da Lapa e o rio Mondego (carta administrativa de Portugal-Direção Geral do Território)



Até ao século XVI, a localidade chamava-se Fornos: em 1258, possuía esta designação, sendo que no ano de 1527 ainda se mantinha este topónimo². Na segunda metade do século XVI, passa, contudo, a ser utilizado o diminutivo para a designar. Em 1590, já aparece referenciada enquanto tal; num registo de batismo da vizinha paróquia de Antas, lê-se que os padrinhos eram oriundos de Forninhos (ADV, Paróquia de Antas, Mistos, Cx.1, nº1, fl. 3).

No último quartel do século XVI, refere-se o seguinte a respeito da localidade: “Forninhos He cousa pouca nao convem estar ali igreja pode ir a Dornelas ou a Matança dando-se alguma cousa pellos curarem mas nao a Dornelas por serem a[m]bas anexas a Pena Verde” (AHDV, lv. 226 A). Depreende-se, assim, que já era sede de paróquia em finais século XVI. Foi, seguramente, instituída no contexto da reforma tridentina, isto é, na segunda metade da centúria de Quinhentos, período fértil de criação de paróquias anexas (Nunes 2016a: 14-15). É verosímil que a utilização de Forninhos, ao invés de Fornos, que como se verifica foi concomitante ao surgimento da paróquia, possa ter tido a ver com a necessidade de a distinguir. Com efeito, já existiam, desde os tempos medievais, paróquias no bispado com esta designação em localidades próximas, designadamente em Azurara e nas terras de Algodres (Nunes 2016b: 48-49).

² Nas Inquirições de 1258 aparece designada por Fornos; esta designação mantém-se no Cadastro da população do Reino de 1527. Estes documentos foram publicados por Lemos (2001).

Mapa 2. Freguesia de Forninhos



A freguesia é composta por dois aglomerados populacionais principais: Forninhos e Valagotes. Forninhos, a povoação mais habitada da freguesia, era constituída por vários espaços populacionais em meados do século XIX, sendo o Lugar e a Lameira os mais densamente habitados. Lugar designa uma povoação pequena e a designação de Lameira decorre de o solo ser lamacento (Bluteau 1728: 202). Lajes e Outeiro eram igualmente espaços habitacionais, a despeito de serem habitados por um número inferior de habitantes quando comparados com os restantes. Lajes, deriva de laje, que remete para a existência de um local coberto por pedras de perfil achatado ou plano. Quanto a Outeiro, trata-se de um “lombo de terra que se levanta da planície” (Bluteau 1728: 155).

Tabela 1³. Espaços habitados referenciados nos registos de batismo entre 1860 e 1862

Seareiros	4	8%
Jornaleiros	13	26%
Lavradores	15	30%
Outros ofícios/profissões	16	32%
Proprietários	2	4%

No século XVI ou alvares do século XVII, surgiu a povoação Valagotes; em inícios do século XVII, o local já era habitado sendo designado “quinta dos Valagotos”. Num batizado ocorrido em 1634 foram madrinhas “Maria Vaz e Catarina Luiz mulher de Francisco Fernandes moradoras na Quinta

³ É verosímil que possam ter existido outros espaços habitacionais na freguesia. De referir, que estes núcleos populacionais foram sinalizados de forma indireta, a partir de referências colhidas nos registos paroquiais, designadamente em ADG, Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 cx.8.

dos Valagotos desta freguesia”⁴. Valagotes, deriva assim de valagoto, cuja etimologia remete para um terreno composto por pequeno vale ou barranco (Vasconcelos 1939: 262). Este núcleo habitacional foi comumente chamado “Quinta dos Valagotos” até ao século XIX. A designação “quinta” indicia que se constituiu a partir de uma unidade de exploração agrícola.

Os quantitativos populacionais da freguesia revelam uma tendência estrutural de crescimento populacional. Entre 1675 e 1864, a população duplicou (à entrada do último quartel do século XVII, contavam-se apenas 215 pessoas, sendo que em 1864 já eram 451 habitantes). Sabe-se que, na Época Contemporânea, a freguesia foi afetada por várias epidemias. Em 1859, uma notícia de jornal dava conta de que em “Forninhos grassa atualmente uma febre de carácter maligno” (*A Ilustração* 1859: 97). Por trás das epidemias estava o estado deplorável de salubridade. Em 1911, num relatório dirigido à Direção das obras públicas do Distrito da Guarda, refere-se:

São causas de insalubridade as estrumeiras nas lojas, pateos e nas ruas. A água do único chafariz que a povoação tem, em ocasião de chuvas fortes é de fácil inquinação por as enxurradas se misturarem com ella. A água provem de duas minas e a entrada para uma d’ellas em declive até serve de latrina da vizinhança como tive ocasião de ver!! De modo que, quando chove fortemente, a enxurrada lá arrasta para dentro da mina toda a imundice e porcarias depositadas á entrada da mesma. De tanta imundice, pois, e da inquinação das águas deverão provir por certo as graves doenças que de tempos a tempos afligem a população (ADG, Direção das obras públicas do Distrito da Guarda, I-D-3.1 Cx. 8).

Apesar da existência de surtos epidémicos, a tendência de crescimento populacional manteve-se até meados do século XX, com algumas oscilações em 1900 e 1920. Estas quebras foram motivadas pela proliferação de epidemias; em 1918, a gripe espanhola dizimou um número significativo de indivíduos na região (Nunes, Castilho 2015: 12).

Após meados do século XX, a população sofreu um forte decréscimo: era composta por 662 habitantes em 1950, sendo que passou a contar com apenas 222 em 2011. A diminuição da taxa de natalidade, a emigração e as migrações para os centros urbanos do país foram fatores que estiveram por trás do acentuado decréscimo populacional.

⁴ Como se pode aferir a partir dos registos paroquiais de inícios de Seiscentos. ANTT, Paróquia de Forninhos, Mistos, Lv. M. 1, Cx. 6.

Gráfico 1⁵. Habitantes (1675-2011)

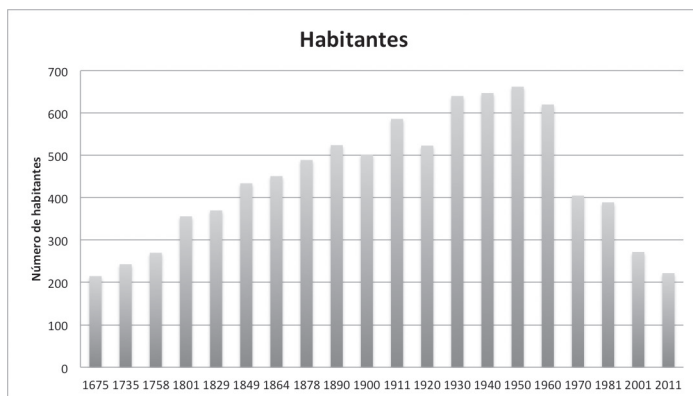


Tabela 2. Habitantes (1675-2011)

Ano	Habitantes	Ano	Habitantes
1675	215	1911	586
1735	243	1920	523
1758	270	1930	640
1801	356	1940	647
1829	370	1950	662
1849	434	1960	620
1864	451	1970	405
1878	489	1981	389
1890	524	2001	272
1900	502	2011	222

Importa assinalar dois aspetos relevantes da história da localidade. Pelo seu alfoz passava uma importante via de comunicação interior/litoral que ligava Almeida a Coimbra, cujo percurso era o seguinte: Almeida; Pinhel; Trancoso; Forninhos; Viseu; Sabugosa; Criz; Galhano; Coimbra (Eliot 1811: 298). A travessia do Dão, junto a Forninhos, acabava por ser feita através de uma ponte de madeira (AHM, Correspondência de António Joaquim Morais, cx. 20 doc. 35, fl. 1). Refira-se, igualmente, o culto à Senhora dos Verdes

⁵ Os dados relativos à população, que serviram para a construção do gráfico I e da tabela II, foram coligidos em: ADV, Cabido de Viseu, Avulsos, cx. 6, doc. 2; ANTT, Memórias paroquiais de 1758, 16-128, fl.789-790; AHDV, Relação alfabética dos lugares e povoações do bispado de Viseu (1829-1830), lv. 78, III – 3ª A; Lima (1734-1736); Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849 (2000) X recenseamento geral da população: prédios e fogos; população-dados retrospectivos (1960), bem como dos censos de 1970, 1981 e 2011.

que nesta paróquia era vivido de forma fervorosa numa capela “fora do povo” (ANTT, Mem. Paroq., 16-128, fl.789-790). Na Época Contemporânea, a festa era muito concorrida. Leite de Vasconcelos, em 1896, refere o seguinte a propósito da festividade celebrada no dia 15 de agosto:

viam-se á entrada do terreiro dois arcos, um enfeitado com folhagens, outro já despido. Estes arcos usam-se muito entre nós: armam-se nos locais por onde a procissão tem de passar. Ordinariamente estão dispostos com bastante arte, enfeitados simetricamente na parte superior: constituem como que arcos triunfais (Vasconcelos 1927: 133).

Como sucedia noutras paróquias, a exemplo de Abrunhosa (Mangualde) onde também se cultuava a Senhora dos Verdes, em Forninhos havia o costume de se cumprir o voto, isto é, fiéis de várias paróquias deslocavam-se, em romaria, à capela em determinadas épocas do ano para invocar a proteção da santa através de orações e ladainhas (Lemos, 2001: 341).

3. Os grupos sociais

O grosso da população ativa de Forninhos, em inícios da década de 1860, vivia da prática agrícola. Com efeito, 70% dos indivíduos eram jornaleiros, lavradores, seareiros ou proprietários. Os restantes, cerca de 1/3 do cômputo geral, dedicavam-se a diversos ofícios/profissões, nomeadamente pedreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, taberneiros, tecedeiras, criados de servir e moleiros. Não será de excluir, pelo que se conhece de outras comunidades, que alguns dos que praticavam estes ofícios se dedicassem, concomitantemente, à prática agrícola (O'Neill 2011: 135).

Gráfico 2⁶. Grupos sociais – Forninhos (1860-1862)

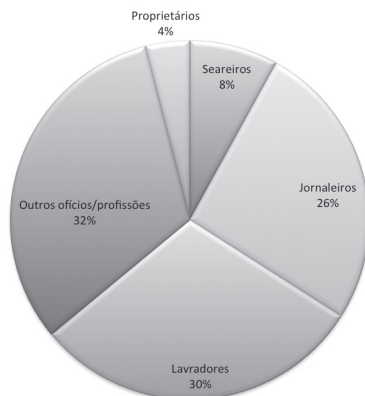


Tabela 3. Grupos sociais – Forninhos (1860-1862)

Seareiros	4	8%
Jornaleiros	13	26%
Lavradores	15	30%
Outros ofícios/profissões	16	32%
Proprietários	2	4%

As categorias sociais mais comuns eram as seguintes: lavradores, que se distinguiam no norte do país pela posse de animais de tiro, sendo, igualmente, detentores de propriedade fundiária (Serrão 2002:49); trabalhadores à jorna, designados jornaleiros ou cabaneiros (Almeida 2002:151). Estas duas categorias representavam a maioria da população em meados do século XIX: 30% pertenciam ao grupo lavradores, sendo 26% jornaleiros.

O número de proprietários, isto é, de indivíduos que detinham um número elevado de propriedades (O’Neill 2011: 149), era reduzido. Apenas se sinalizaram duas pessoas referenciadas como tal (4%). De igual modo, o número de seareiros, detentores ou arrendatários de pequenas parcelas de terra também não era expressivo: correspondia a 8% do cômputo geral. As restantes profissões ocupavam cerca de 30% do total. Eram profissões associadas a ofícios, maioritariamente relacionados com o comércio ou a pequena indústria.

Os proprietários estavam na cúspide da hierarquia. A forma como eram

⁶ Trata-se de uma amostra não aleatória. As unidades estatísticas foram constituídas a partir de referências documentais coligidas em registos de batismo, referentes a progenitores e padrinhos de batismo. ADG, Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 cx. 8.

tratados, com particular deferência, espelha a importância que detinham no seio da comunidade. A utilização do epíteto “dona” estava reservada ao género feminino desta categoria. Em inícios da década de 1860, a proprietária Escolástica Moreira era tratada desta forma (ADG, Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 Cx.8, fl. 33v-34).

Os lavradores e os seareiros ocupavam os lugares intermédios da sociedade local. No caso de Forninhos pertenciam a diversas famílias, por exemplo Marques, Almeida ou Cardoso. O património que detinham era constituído por imóveis e propriedades fundiárias. Em 1906, no inventário por óbito de José do Nascimento Cardoso, residente em Valagotes, e oriundo de uma família de lavradores ou seareiros, constava uma casa sobradada, a terça parte de uma casa “onde vive Alexandrina Tenreiro”, uma palheira, bem como diversas propriedades fundiárias que serviam, maioritariamente, para o cultivo de cereais. As propriedades constituíam-se como principal fonte de riqueza: os bens foram avaliados em 1.196 mil réis, com as propriedades fundiárias a valerem 1.106 mil réis e os imóveis 90 mil. De notar, que as terras não estavam concentradas num local. Por exemplo, as tapadas estavam localizadas nos sítios designados Nogueira e Hortas e os lameiros em Corga, Caldeirão e S. Pedro (ADG, Comarca de Trancoso, Inventários, V-AE-4.1/ Mç.121/ 4).

Por sua vez, os jornaleiros ocupavam os patamares inferiores da sociedade. Tratava-se de gente muito pobre. Sinal revelador de pobreza e marginalização social era o facto de as mães solteiras serem, por norma, jornaleiras. Dos cinco casos que foi possível contabilizar, entre 1860 e 1862, quatro eram jornaleiras, sendo uma tecedeira. Noutras regiões do país, as mães solteiras acabavam, igualmente, por ser oriundas dos estratos inferiores da sociedade (O'Neill 2011: 394).

Os grupos sociais estavam distribuídos pelos espaços habitacionais de forma particular. No Lugar vivia um número considerável de jornaleiros (em treze indivíduos que habitavam este núcleo populacional, nove eram jornaleiros). Já em Lameira estavam sediados, regra geral, as famílias de proprietários e lavradores (num grupo constituído por seis pessoas que viviam no local, quatro pertenciam a estas categorias). Curiosamente, ainda hoje é possível entrever a distribuição dos grupos sociais pela dimensão das casas tradicionais na localidade. As de maiores dimensões estão sobretudo concentradas na Lameira, sendo as habitações do Lugar mais pobres.

A distribuição das categorias sociais por género não é fácil de determinar já que as fontes, por norma, são omissas relativamente a esta matéria (raramente se menciona as funções desempenhadas pelas mulheres na comunidade). Em algumas comunidades, certas tarefas eram quase sempre desempenhadas por homens, caso dos lavradores (Nunes, Castilho 2015: 104).

Em Forninhos, há indícios de que os lavradores eram, maioritariamente, do género masculino e oriundos de famílias de lavradores. Por exemplo, num registo de batismo de inícios da década de 1860 refere-se que José era filho de Francisco Marques e Maria José, lavradores, moradores na Rua das Lajes. O padrinho chamava-se José Marques; era igualmente lavrador, sendo tio paterno do batizado. O trabalho à jorna era exercitado, quer por homens, quer por mulheres. Maria Joaquina Valente era jornaleira em meados do século XIX, sendo familiar de Ana Valente igualmente jornaleira. Também a categoria proprietários acabava por ser indistinta no que se refere ao género. José Fernandes de Figueiredo e Escolástica Moreira, que habitavam na Lameira, eram considerados proprietários.

Quanto aos ofícios, alguns eram desempenhados por homens, caso dos carpinteiros, ferreiros, sapateiros ou alfaiates, sendo os ofícios ligados à fição (fiadeiras e tecedeiras) ou à costura desempenhados exclusivamente por mulheres. Algumas atividades eram desempenhadas indistintamente por homens e mulheres, caso dos seareiros, moleiros e taberneiros. Por exemplo, num registo de batismo de 1862 refere-se que a madrinha era Maria de Albuquerque, taberneira. Refira-se que as tabernas da localidade eram locais sombrios e pouco higiénicos. Leite de Vasconcelos, em 1896, descreve a “casa da venda” de Forninhos, como uma “escura espelunca onde ninguém veria nada”. Era constituída pela venda e por uma “quintã pegada à casa, recinto descoberto que corresponde exactamente ao páteo ou páitos da Extremadura” (Vasconcelos 1927: 132).

Tabela 4. Grupos sociais - Forninhos (1860-1862)

Jornaleiros	13
Lavradores	15
Tecedeiras	6
Seareiros	4
Carpinteiros	3
Pedreiros	2
Proprietários	2
Alfaiates	1
Moleiros	1
Sapateiros	1
Taberneiros	1
Criados de servir	1

A estrutura social de Forninhos tem obrigatoriamente de ser lida num contexto mais abrangente, sob pena de se ficar com uma perspetiva enviesada da sociedade campesina. Uma amostra formada por 537 unidades, de sete freguesias da região⁷, permite entrever as categorias sociais existentes no planalto beirão em meados do século XIX⁸.

Gráfico 3. Grupos sociais – Beira Interior (1860-1874)

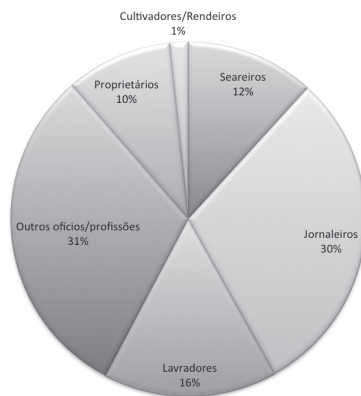


Tabela 4. Grupos sociais – Beira Interior (1860-1874)

	Número	Porcentagem
Seareiros	63	12%
Jornalheiros	162	30%
Lavradores	85	16%
Outros ofícios/profissões	166	31%
Proprietários	52	10%
Cultivadores/Rendeiros	9	1%

⁷ As freguesias consideradas foram as seguintes (entre parêntesis, o número de habitantes de cada localidade em 1864): Fornos de Algodres (1361); Aguiar da Beira (930); Matança (679); Casal Vasco (531); Penaverde (974); Forninhos (451); Vila Chã (248). Instituto Nacional de Estatística – X recenseamento geral da população.

⁸ Amostra construída a partir de referências documentais à profissão de progenitores e/ou padrinhos de batismo entre 1860 e 1874, não aleatória, estratificada em função do peso percentual dos habitantes de cada freguesia na população do conjunto das freguesias. O número de referências coligidas em cada uma das localidades foi o seguinte: Fornos de Algodres (149); Aguiar da Beira (87); Matança (67); Casal Vasco (65); Forninhos (50); Vila Chã (24). ADG – Paróquia de Aguiar da Beira, Baptismos, II-A-1.1 cx.1; Paróquia de Penaverde, Baptismos, II-A-1.2 cx. 10; Paróquia de Fornos de Algodres, Baptismos, II-B-1.1 cx. 4; Paróquia de Casal Vasco, Baptismos, II-B-1.1 cx. 1 A; Paróquia de Matança, Baptismos, II-B-1.2 cx. 7; Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2 cx. 8; Paróquia de Vila Chã, Baptismos, II-B-1.3, cx. 9.

A esmagadora maioria da população dedicava-se ou vivia da prática agrícola (cerca de 2/3 do cômputo geral; os ofícios ocupavam 1/3 da população). Neste plano, Forninhos não se distinguia das comunidades circunvizinhas. Verificam-se, igualmente, semelhanças na forma como se estruturava a distribuição da população pelas categorias sociais; a percentagem de jornaleiros e seareiros estava de acordo com o peso das categorias na região (30% de jornaleiros e cerca de 12% de seareiros). Contudo, observam-se algumas particularidades. O número de lavradores era consideravelmente superior (30% em Forninhos e 16% na região) e o de proprietários inferior (4% em Forninhos contra 10% na região). Por que se verificam estas particularidades?

Nas freguesias de Penaverde, Fornos de Algodres e Vila Chã, a categoria mais representativa era a de jornaleiro (cerca de 40% da população exercia esta atividade em meados do século XIX). Por sua vez, nestas localidades, o número de lavradores e seareiros era reduzido (inferior a 20% do cômputo geral da população). Já em Aguiar da Beira, Matança e Casal Vasco sucedia o inverso; as categorias com maior representatividade eram constituídas por lavradores ou seareiros (cerca de 30%), sendo o número de jornaleiros inferior (menos de 20% do cômputo geral). Assim, é possível entrever a existência de dois grupos de localidades, tendo em consideração as categorias sociais mais representativas. Um grupo (A) onde os jornaleiros eram particularmente expressivos (Penaverde; Fornos de Algodres; Vila Chã). Neste grupo cerca 35% a 45% da população trabalhava à jorna. E um segundo grupo (B), da qual fazia parte Forninhos, onde as categorias lavradores/seareiros acabavam por ser as mais representativas (Aguiar da Beira; Matança; Casal Vasco). Aqui 30% a 40% da população era lavrador ou seareiro. Como se verifica, a distribuição da população pelos diversos grupos sociais era distinta em localidades geograficamente muito próximas.

A hidrografia e a orografia estão por trás da existência de particularidades, especialmente o peso de certos ofícios na comunidade local. A localidade de Matança era atravessada por um curso de água com suficiente caudal para permitir a existência de vários engenhos de moagem, sendo as suas margens propícias à existência destes engenhos. Contudo, se é possível estabelecer esta relação entre alguns ofícios e a geografia física, no que se refere aos grupos que dependiam da prática agrícola, tal relação não parece suscetível de ser estabelecida; as localidades do planalto beirão são marcadas por características orográficas e climatéricas similares.

No campesinato, a distribuição da população pelos grupos sociais dependia da forma como a propriedade se encontrava alocada. Nas freguesias em que a propriedade estava concentrada nas mãos de um número reduzido

de indivíduos, as cifras de jornaleiros eram superiores. Alguns dos principais proprietários, em meados do século XIX, eram oriundos da nobreza. Penaverde, Fornos de Algodres e Vila Chã acabam por ser localidades onde o peso senhorial era evidente (nestas povoações viviam famílias fidalgas, a exemplo dos Lemos e Nápoles, em Penaverde, os Abreu Castelo Branco e os Albuquerque, em Fornos de Algodres, e os Pedroso, em Vila Chã. Estas famílias há muito que se haviam estabelecido na região. Por exemplo, na diligência de habilitação de António de Lemos e Nápoles, refere-se que era “Fidalgo da Casa de sua Magestade, solteiro, natural e morador do lugar do Mosteiro termo da vila de Penaverde” (ANTI, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 92, doc. 1724). Os membros destas famílias constituíam-se como principais proprietários à escala local. António Pedroso de Sousa Coutinho Castelo Branco, residente em Vila Chã, e Luís de Albuquerque e Vasconcelos, natural de Fornos de Algodres, em 1860, foram taxados em 32 600 réis e 17 070 réis de décima, respetivamente; eram valores muito altos quando comparados com os valores pagos pela restante população (Nunes; Castilho 2015: 103). As cifras elevadas de jornaleiros nestas localidades decorrem deste facto. Eram necessários à prática agrícola, uma vez que os proprietários não a exercitavam, primeiramente pela sua condição, depois porque o número de parcelas de terra que possuíam era de tal forma elevado que tinham obrigatoriamente de recorrer a trabalhadores à jorna. De notar, que a concentração da propriedade num número reduzido de proprietários potenciava a existência de jornaleiros (O’Neill 2011: 422).

Ao invés, nas localidades onde a propriedade não estava concentrada nas mãos de um número reduzido de proprietários, o número de trabalhadores à jorna era inferior. Com efeito, nestas freguesias, a terra estava distribuída de forma mais equitativa, isto é, vários indivíduos, maioritariamente pertencentes às categorias lavradores e seareiros, detinham parte considerável das parcelas de terra (Nunes; Castilho 2015: 102; 110). Estas localidades não eram, por norma, habitadas por gente fidalga. Em Matança não havia gente nobre, sendo que em Aguiar da Beira, no século XIX, considerava-se que uma das razões do atraso da localidade se prendia com o facto de os fidalgos há muito dali terem debandado (Costa, Portugal 1985: 23). Casal Vasco foi habitada por uma família nobre, os Cáceres. Na Época Moderna, todavia, esta família deixou de viver em Casal Vasco e as propriedades da casa passaram para a família Sá e Melo (Coimbra) e posteriormente para a Casa da Ínsua – Penalva do Castelo (Marques 1988: 240). Ora, lavradores e seareiros assumiam a responsabilidade do cultivo das suas terras; por isso, nestas localidades, os jornaleiros eram em número reduzido.

Poder-se-á pensar que as assimetrias que se observam no planalto beirão são uma particularidade da região. Todavia, em Trás-os-Montes, foram detetadas discrepâncias no que concerne à distribuição da população por grupos sociais em localidades pertencentes à mesma freguesia (O'Neill 2011: 422). Nestas comunidades, o crescimento populacional que se fez sentir no século XIX contribuiu para o aumento das categorias intermédias da organização social, caso dos seareiros e lavradores. Veja-se, como exemplo, o caso da quinta do Mineiro, localizada em Matança (Fornos de Algodres). Até ao século XIX esteve nas mãos de um indivíduo, que se dedicava à prática agrícola e ao comércio. No decurso da centúria de Oitocentos foi dividida em múltiplas parcelas, propriedade de vários indivíduos. O espaço habitacional da quinta também mudou. Deixou de ser constituído apenas pela casa do proprietário fundador, para se transformar num pequeno núcleo habitacional (Nunes, Castilho 2015: 20-21). Tudo isto concorreu naturalmente para a atomização da propriedade.

O aumento do número de jornaleiros, seareiros e lavradores, potenciado pelo crescimento da população que se fez sentir no século XIX, foi efetivo no planalto beirão. Ao invés, o aumento de proprietários, considerados como tal pelas fontes, não foi substantivo. Esta categoria, composta por indivíduos detentores de propriedades fundiárias e capital social, era constituída por um número reduzido de pessoas (cerca de 10% da população).

4. Conclusão

Este trabalho tem limitações que importa assinalar. Cinge-se a uma área pequena do território do país, num período temporal reduzido. Em todo o caso, foi possível entrever uma realidade que tem sido pouco estudada e por isso, ou talvez por isso, objeto de generalizações e simplificações que acabam por ser redutoras da realidade.

Com efeito, foi possível observar uma sociedade agrária, campesina, em meados do século XIX, constituída por pequenas localidades, onde a maioria da população dependia exclusivamente da terra para sobreviver (lavradores, seareiros e jornaleiros). Localidades distantes dos principais centros urbanos e marcadas por vias de comunicação deficitárias. Percebe-se, assim, a existência de uma multiplicidade de profissões/ofícios que asseguravam a vivência da população em meados do século XIX.

A distribuição da população por grupos sociais era distinta em localidades geograficamente próximas, pese embora se possa considerar a existência de dois grupos (localidades onde a categoria jornaleiro era a mais represen-

tativa, em contraponto a localidades onde as categorias lavrador ou seareiro acabavam por ser as mais expressivas).

A maioria das localidades da região, a exemplo de Forninhos, era composta por terras pobres, que continuaram a sê-lo nos alvares da segunda metade do século XIX. O Liberalismo não veio alterar de forma significativa a existência da população que crescia de forma desmesurada, sem que os recursos existentes crescessem de igual modo. Não foi por acaso que esta região se constituiu como um dos principais alfobres da emigração portuguesa para a América, sobretudo para o Brasil (Nunes, Castilho 2015: 137-141).

A reforma da propriedade fundiária, um dos escopos do direito liberal no plano económico, teve como principal propósito renovar e desenvolver o país nas dimensões agrícola e industrial. Contudo, a aplicação do direito não contribuiu para o desenvolvimento no planalto beirão. Em primeiro lugar, porque não teve em consideração as especificidades do país no plano económico e social. No interior, a distribuição da população por grupos sociais não era uniforme; ao invés, era diferenciada em localidades geograficamente próximas. Em segundo lugar, não alterou de forma significativa a estrutura social pré-existente. Na região, a existência de lavradores, seareiros e jornaleiros está documentada para as épocas anteriores ao período contemporâneo. No século XIX, alguns indivíduos, sobretudo os lavradores mais ricos, passam a ser considerados proprietários (Nunes, Castilho 2015: 103). Todavia, esta categoria, nas décadas de 1860 e 1870, não era expressiva.

Em terceiro lugar, o crescimento populacional potenciou o aumento das cifras de indivíduos dos grupos sociais intermédios e baixos da hierarquia social. Os que pertenciam a estes estratos eram, na sua maioria, detentores de pequenas propriedades; em Matança, a grande parte dos lavradores e seareiros declarou de décima predial, na década de 1860, um montante inferior a 4 mil réis anuais, o que era um valor particularmente baixo (Nunes, Castilho 2015: 103; 108). Nesse sentido, a proliferação de lavradores e seareiros contribuiu para a atomização da propriedade. Mas o desenvolvimento da agricultura não era compatível com a divisão da propriedade fundiária. Liberalizar a terra, sem procurar evitar a sua dispersão, não contribuiu para o desenvolvimento agrícola, pois impediu a existência de unidades agrícolas rentáveis⁹.

⁹ Por isso, no século XX, foram reforçados os direitos legais de preferência, caso por exemplo dos direitos dos proprietários dos prédios rurais confinantes. Sobre este assunto ver Miranda (2015).

Abreviaturas de arquivos

AHM = Arquivo Histórico Militar

ANTT = Arquivo Nacional Torre do Tombo

ADV = Arquivo Distrital de Viseu

AHDV = Arquivo Histórico da Diocese de Viseu

ADG = Arquivo Distrital da Guarda

Fontes manuscritas

AHM, Correspondência de António Joaquim de Morais [...], Divisões, Portugal e Campanhas na Europa, Comando do Conde de Goltz (1801-1807), cx. 20, doc. 35.

ANTT, Memórias paroquiais de 1758, 16-128, fl.789-790.

—, Paróquia de Forninhos, Mistos, lv. M1, cx. 6.

—, Paróquia de Forninhos, Baptismos, lv. B3, cx. 7.

—, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 92, doc. 1724.

ADV, Cabido de Viseu, Avulsos, cx.6, doc. 2.

—, Paróquia de Antas, Mistos, cx.1, n.º 1.

AHDV, Relação alfabética dos lugares e povoações do bispado de Viseu (1829-1830), lv. 78, III – 3.ª A.

—, Livro do sitio de cada igreja deste bispado e da quallidade dellas, lv. 226 A.

ADG, Direcção das obras publicas do Distrito da Guarda, I-D-3.1 cx. 8.

—, Comarca de Trancoso, Inventários, V-AE-4.1/ mç.121/ 4.

—, Paróquia de Aguiar da Beira, Baptismos, II-A-1.1, cx.1; Paróquia de Penaverde, Baptismos, II-A-1.2, cx.10; Paróquia de Fornos de Algodres, Baptismos, II-B-1.1, cx. 4; Paróquia de Casal Vasco, Baptismos, II-B-1.1, cx. 1 A; Paróquia de Matança, Baptismos, II-B-1.2, cx.7; Paróquia de Forninhos, Baptismos, II-A-1.2, cx.8; Paróquia de Vila Chã, Baptismos, II-B-1.3, cx.9.

Fontes impressas

A Ilustração Luso-Brasileira (1859). Lisboa: Typographia de A. J. F. Lopes.

BLUTEAU, Raphael (1728). *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra: No Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no 1º Semestre de 1837 (1837). Lisboa: Imprensa Nacional.

ELIOT, William Granville (1811). *A treatise on the defence of Portugal with a military map of the country to which is added a sketch of the manners and customs of the inhabitants and principal events of the campaigns under lord Wellington*.

London: T. Egerton, Militar Library Whitehall.
Instituto Nacional de Estatística (1960). *X recenseamento geral da população: prédios e fogos; população-dados retrospectivos*.
LIMA, Luiz Caetano de (1734-1736). *Geografia Histórica [...]*. Lisboa: na Off. De Joseph Antonio da Sylva.
Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849 (2000). Lisboa: INE, 2000.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Antónia Pires (2002). “Jornaleiros”, in MADUREIRA, Luís Nuno, MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno G., *História do Trabalho e das Ocupações*. Lisboa: Editorial Celta, vol. III, 151-159.
- COSTA, Fernando Jorge dos Santos, PORTUGAL, João António (1985). *Aguiar da Beira – A história, a terra e as gentes*. Aguiar da Beira: Câmara Municipal de Aguiar da Beira.
- CASCÃO, Rui (1998). *Figueira da Foz e Buarcos, 1861-1910. Permanência e mudança em duas comunidades do litoral*. Coimbra: Ed. Minerva.
- FONSECA, Fernando Taveira da (1993). “Elites e classes médias”, in José Mattoso, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 459-477.
- Forninhos a Terra dos nossos avós* (2013). Viseu: Junta de freguesia de Forninhos.
- JUSTINO, David (1988). *A formação do espaço económico nacional – Portugal 1810-1913*. Lisboa: Vega Editores.
- LEMOS, Luís Ferreira (2001). *Penaverde (Aguiar da Beira) sua vila e termo*. [s.n.]: Edição de autor.
- MARQUES, José Pinheiro (1988). *Terras de Algodres (concelho de Fornos)*. Fornos de Algodres: Câmara Municipal de Fornos de Algodres.
- MARTINS, Conceição Andrade, MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2002). “Proprietários”, in MADUREIRA, Luís Nuno, MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno G., *História do Trabalho e das Ocupações*. Lisboa: Editorial Celta, vol. III, 64-72.
- MIRANDA, Filipa Lobo de (2015). *A atribuição dos direitos de preferência em Portugal*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (dissertação de doutoramento policopiada). (https://run.unl.pt/bitstream/10362/15180/1/Miranda_2015.pdf, consultado em 2018.03.02)
- NETO, Margarida Sobral (2015). *Penela. Um percurso pelo tempo*. Coimbra: Palimage.
- NUNES, João (2016a). “Circunscrições eclesiais: arceprebendados e freguesias”, in PAIVA, José Pedro, *História da Diocese de Viseu*. Viseu e Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. II, 12-24.
- NUNES, João (2016b). “A geografia diocesana (1147-1505)”, in PAIVA, José Pedro, *História da Diocese de Viseu*. Viseu e Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, vol. I, 43-55.

- NUNES, João, CASTILHO, Liliana (2015). *De tempos immemoriaes. A Matança: história e património de uma comunidade*. Guarda: Câmara Municipal de Fornos de Algodres; Junta de Freguesia de Matança.
- OLIVEIRA, João Nunes de (2010). “Entre a tradição e a inovação A agricultura da Beira Alta nos séculos XVIII e XIX”, *Revista Portuguesa de História*, 41, 73-103.
- O’NEILL, Brian Juan (2011). *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras, Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana (1870-1978)*. Porto: Ed. Afrontamento.
- SERRÃO, José Vicente (2002). “Lavradores”, in MADUREIRA, Luís Nuno, MARTINS, Conceição A., MONTEIRO, Nuno G., *História do Trabalho e das Ocupações*. Lisboa: Editorial Celta, vol. III, 45-54.
- ROWLAND, Robert (1984). “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”, *Ler História*, 3, 13-32.
- VAQUINHAS, Irene, NETO, Margarida Sobral (1993). “Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações”, in MATTOSO, José, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 325-333.
- VAQUINHAS, Irene (1993). “O campesinato”, in MATTOSO, José, *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 479-491.
- VASCONCELOS, José Leite de (1939). *Revista lusitana: arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, vol. 37-38. Lisboa: A.M. Teixeira.
- VASCONCELOS, José Leite (1927). *De terra em terra. Excursões arqueológico-Etnográficas através de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, Teresa Rodrigues (2004). *A população portuguesa no século XIX*. Lisboa: Afrontamento.

Apêndice

Grupos sociais por freguesia

	Lavradores	Jornaleiros	Seareiros	Proprietários	Cultivadores/rendeiros	Outros ofícios/profissões
Forninhos	30	26	8	4	0	32
Penaverde	19	45	9	7	0	20
Aguiar da Beira	28	19	6	10	8	29
Matança	14	16	31	5	3	31
Fornos de Algodres	11	38	3	11	0	37
Casal Vasco	3	18	31	17	0	31
Vila Chã	4	39	4	15	0	38

Grupos sociais (totais)

Seareiros	63
Jornaleiros	162
Lavradores	85
Outros	166
Proprietários	52